

# ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES: interpretações a partir de um bairro periférico de Cáceres – MT

Socioeconomic Organization of Women: interpretations from an outlying neighborhood of  
Cáceres - MT

Laudemir Luiz Zart<sup>1</sup>  
Edson Penha Mendes<sup>2</sup>  
Taciane Neves Faustino Ferreira<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste trabalho analisamos o processo de organização socioeconômica de um grupo de mulheres do Bairro Jardim Oliveira (EMPA) no município de Cáceres, Mato Grosso. O projeto de extensão-pesquisa, denominado Participação e Controle Social na Efetivação de Políticas Públicas no Município de Cáceres (EMPACE), é uma articulação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) com o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biènnès (CDHDMB) com apoio da MISEREOR. O objetivo é promover a mobilização e a formação de sujeitos em situação de exclusão social. O horizonte da ação e da reflexão é compreender as possibilidades e os limites da autonomia econômica de mulheres com baixa renda familiar. Orientados pelos fundamentos epistemológicos da pesquisa-ação e as concepções sociológicas da economia solidária empreendemos procedimentos metodológicos que iniciam com diagnóstico da situação social e cultural das mulheres, as condições para a geração de trabalho-renda, e as prospecções organizativas do grupo social. Os resultados preliminares demonstram que em contextos de dominação cultural e econômica, gerar as possibilidades de autonomia, é um processo dialético e conflitante, que engloba momentos de desconfiança, de insistência, de diálogo, e da formação contínua para aquisição da consciência organizativa e da atitude de protagonismo social, cultural e econômico.

**Palavras-chave:** Organização, Participação, Economia Solidária.

**Abstract:** This study analyzes the socioeconomic organization process of a group of women Oliveira do Bairro Garden (EMPA) in the city of Cáceres, Mato Grosso. The project extension-research called Participation and Social Control in Effective Public Policy in the city of Cáceres (EMPACE) is an articulation of the State University of Mato Grosso (UNEMAT) with the Human Rights Center Dom Maximum Biènnès (CDHDMB) with support from MISEREOR. The aim is to promote the mobilization and training of individuals in social exclusion. The horizon of action and reflection is to understand the possibilities and limitations of the economic autonomy of

<sup>1</sup> Doutor em Políticas Científicas e Tecnológicas. Professor da Faculdade de Educação e Linguagem do *Campus* de Cáceres da Unemat.

<sup>2</sup> Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biènnès – CDHDMB.

<sup>3</sup> Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biènnès – CDHDMB.

women with low family income. Guided by the epistemological foundations of action research and sociological concepts of social economy undertake methodological procedures starting with diagnosis of social and cultural situation of women, the conditions for the generation of employment-income, and organizational prospects of the social group. Preliminary results show that in contexts of cultural and economic domination, generate the possibilities of autonomy, it is a dialectical and conflicting process, which includes moments of distrust, of insistence, dialogue, and training for the acquisition of organizational awareness and attitude social, cultural and economic role.

**Keywords:** Organization, Participation, Solidarity Economy

### **O Contexto da Investigação: condições socioeconômicas de Cáceres**

O município de Cáceres está localizado no Estado de Mato Grosso, mais especificamente no Sudoeste do Estado. Situado às margens da BR 070, a 210 km de distância da capital, Cuiabá. O município dispõe de uma área de 24.351.408 km<sup>2</sup> e está inserido nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, possui uma população de 87.942 habitantes (BRASIL, IBGE, 2013).

De acordo com a nova Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, PNAS, 2013), Cáceres é caracterizada no Estado de Mato Grosso como cidade de médio porte, sendo o quinto município do Estado.

O município se localiza em área de fronteira seca, a 80 km da Bolívia, caracterizada como um dos principais corredores para o tráfico de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes (BRASIL, PESTRAF, 2002).

Para compreender o contexto da pesquisa é importante enfatizar alguns indicadores socioeconômicos com vistas a retratar as condições de desenvolvimento do município de Cáceres. Segundo o PNUD (2003) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) renda é de 0,652 e IDH da educação 0,851.

No que diz respeito às condições de vida, Cáceres tem uma população em situação de pobreza de 26,37%, e em estado de indigência de 7,90% (BRASIL, IPEA/MDS/IBGE, 2004).

Nesta mesma direção, segundo dados da Frente Nacional de Prefeitos (FNP, 2013), a partir de índices e taxas do IBGE, Cáceres faz parte do 'G 100', grupo que engloba locais com mais de 80 mil habitantes e que apresentam alta vulnerabilidade social. Neste sentido, Cáceres está entre as 100 cidades mais pobres do país, com baixo dinamismo econômico e, por consequência, baixo nível de receita pública per capita.

Conforme este levantamento, a falta de uma economia dinâmica no município ocasiona fraca capacidade de geração de empregos, menor nível de renda das famílias em relação às demais cidades e a existência de uma proporção maior de pessoas em situação de pobreza.

Ainda, de acordo com a FNP Cáceres também possui índices elevados de cidadãos com menos de 15 anos, com uma taxa de 26,8%, o que influencia diretamente no número da população economicamente ativa e, conseqüentemente, estreita as possibilidades quanto ao desenvolvimento da economia, o que exige uma maior capacidade social em reinventar um novo modelo de economia e desenvolvimento econômico, capaz de responder positivamente a esta realidade.

Do contexto de pobreza e de dominação, tem-se como consequência o alto índice de inserção dos jovens no mundo das drogas, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, negligência

nos direitos humanos, alto nível de exclusão social, a pobreza material e política, o baixo rendimento escolar e degradação ambiental.

### **Do Local da Investigação e Ação: características da Comunidade EMPA**

O espaço social de investigação e de ação do projeto é a comunidade conhecida historicamente por EMPA<sup>4</sup>. A localidade foi formada a partir de uma ocupação por trabalhadores sem teto e de desempregados da área da empresa de pesquisa. Na década de 1990, quando a empresa estatal decidiu mudar do local tinha dívidas trabalhistas com os seus funcionários e deixou abandonada uma área de terras que significou para os excluídos um espaço para a construção de uma comunidade.

Desta forma os trabalhadores prejudicados foram ocupando a área, em pequenos lotes onde fosse possível morar e plantar. Como era uma área de pesquisa, havia plantações de limão, laranja, seringa. O bairro foi se formando espontaneamente e crescendo sem infraestrutura e sem planejamento urbanístico. O nome EMPA se impôs no imaginário social, mesmo quando, já com uma associação de moradores, recebeu outro nome, Jardim Oliveira, em homenagem ao Sr. Antonio Oliveira, primeiro presidente da associação.

Geograficamente o bairro se localiza as margens esquerdas do Rio Paraguai e da BR 070, interligado com os bairros periféricos Rodeio, Garcês, Jardim Paraíso, Jardim Imperial e São Lourenço, que formam a microrregião do EMPA. À semelhança de outros territórios do município, tem se defrontado com barreiras estruturais que estão ligadas à baixa capacidade instalada de serviços públicos e com deficiências na infraestrutura urbana.

Em termos socioeconômicos, inserido em contexto de dominação política e cultural, torna a participação social incipiente, a oferta de serviços públicos insuficientes para o atendimento às demandas em termos de saúde, educação, saneamento básico, trabalho e renda. Ainda se destaca pela realidade do elevado índice de violência praticada, principalmente, contra crianças, jovens e mulheres.

Na comunidade EMPA a pobreza, a miséria e a violência fazem parte do cotidiano das pessoas. Logo que a comunidade foi constituída, os seus moradores buscavam seu sustento através da pesca, realizada nos barrancos do Rio Paraguai. No decorrer dos anos, as margens do rio foram aos poucos ocupadas de forma irregular por empresas hoteleiras, restaurantes e residências. Com isso, as margens do rio foram cercadas, impedindo à comunidade o acesso ao rio e à pesca, sua principal fonte de alimento.

Com o processo de exploração desordenada do Rio Paraguai e com o aumento do fluxo de embarcações, os barrancos do rio foram sendo afetados pela erosão. A situação ambiental é agravada com a poluição das águas, contaminadas pelos dejetos depositados por empresas como frigoríficos e curtumes, por hospitais e o esgoto sanitário, causando prejuízos às pessoas nas localidades em especial e ao bioma do pantanal em geral.

Em função do aumento do fluxo de turistas, vindos de diversas partes do país e do mundo, e dentro de uma perspectiva de turismo predador, a Comunidade do EMPA, por estar próxima das

---

<sup>4</sup> EMPA - Empresa Matogrossense de Pesquisa Agropecuária. Empresa estatal do Mato Grosso. Após passar por remodelações internas passou a ser denominada de EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

margens do rio e, conseqüentemente, dos empreendimentos turísticos, e porque afetada pela pobreza e pela miséria, tornou-se a principal vítima do processo desigual que explora a miséria da comunidade, acentuando-se o turismo sexual por meio da prostituição infantil, que vitima meninas de 13, 15 anos.

Outra situação que a comunidade enfrenta é a dominação política. Exercendo sobre a comunidade o poder coronelista, criam-se currais eleitorais. As relações de poder político dominador utilizam das condições de miséria e de absenteísmo político, para manter o poder de controle e vigilância sobre as pessoas, por métodos ditatoriais de perseguição, espalhando terror e medo nas pessoas tornando-as cativas das condições de pobreza econômica e política.

Como consequência do cenário político dominador, as lideranças da Comunidade do EMPA e do seu entorno participam pouco das discussões sobre políticas públicas e de temas de grande relevância para o município. Vivem isolados e à mercê dos interesses dominadores.

Devido o absenteísmo político, conceito demarcado por Demo (1996), e, as formas de dominação, muitas lideranças que participam das associações de moradores, estão a serviço do poder dominante, cooptadas e impedidas de mobilizar a comunidade. Associa-se a este método político a tática das lideranças comunitárias serem os próprios membros do poder local que reproduzem as estruturas e as relações de dominação cultural e política.

O poder político dominador gerou para a equipe de pesquisadores que iniciou as atividades de investigação em 2009 e 2010 um cenário de estranhamento nas relações com as pessoas. Apesar dos diálogos e da construção do processo com lideranças da localidade, quando da inserção aberta nos espaços da comunidade, ruas, praças, casas, comércio, a pergunta quem são vocês e o que querem aqui, se repetiu constantemente.

Estas perguntas não simbolizavam simples curiosidades, mas representavam formas de medo e de amedrontamento. Estavam inseridas em relações de vigilância e de controle da vida das pessoas para que continuasse o poder servidão e a reprodução das estruturas políticas coronelistas. As reflexões que realizamos na equipe de mobilização e de investigação levaram à compreensão dos sentidos da dominação e das táticas de poder dos que efetivam o controle sobre a vida das pessoas.

Mas se propomos o poder emancipação, seguindo as reflexões de Dussel (2007) quais seriam as estratégias a serem adotadas? As dúvidas nos levaram ao caminho da paciência e da tolerância. A paciência de ouvir, de conversar e de interpretar o significado das falas, dos gestos e das atitudes. A tolerância para a construção dos caminhos agregadores das pessoas, que representou a busca na casa, a repetição insistente do gesto de acolhimento, do convite para a participação. A tolerância que ao negar as práticas da enganação e da mentira, constrói o caminho das possibilidades e da afirmação do protagonismo social e político das pessoas.

A construção do caminho da emancipação foi possível porque na comunidade há pessoas com interesses e potenciais em participar de forma autônoma e protagonista, libertando-se das amarras impostas pelo poder dominação. Muitos destes atores sociais estão ligados às pastorais sociais da igreja católica como a pastoral da juventude, a pastoral da criança e a pastoral carcerária. Outros atores sociais mobilizadores e organizadores estão ligados às associações de moradores dos bairros, à Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, espaço de encontro e de organização da comunidade. Somam-se a estes atores sociais as pessoas que apesar de ainda não se encontrarem engajadas em nenhuma organização social, colocam-se na perspectiva da ação libertadora.

A comunidade do EMPA reúne características e necessidades que entendemos importantes para um processo de pesquisa-ação e de economia solidária, tendo como fundo de orientação a afirmação dos direitos humanos. A comunidade se configura pelos aspectos: a) aspecto cultural: população composta por negros e indígenas chiquitanos; b) aspecto econômico: pescadores e ribeirinhos, desempregados e empregos com baixa remuneração; c) aspecto ambiental: degradação do Rio Paraguai; d) aspecto violência: exploração sexual infanto-juvenil, violência doméstica contra as mulheres; e) aspecto político e social: população empobrecida, manipulada, explorada, segregada e excluída das políticas públicas e da participação política; f) aspecto urbano: não regularização das terras e ausência de infraestrutura, destacando que a comunidade conta somente com energia elétrica e uma escola municipal.

O processo de investigação iniciou em 2009 quando o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDMDMB) e a Rede de Educação Cidadã (RECID/MT) fizeram um trabalho de pré-levantamento da situação da comunidade do EMPA. Este trabalho descreveu, em primeiro lugar, uma comunidade isolada, mas com interesses e possibilidades de se organizar e de se mobilizar para a superação da situação de dominação política e de exclusão econômica. Em segundo lugar, é a compreensão da localidade na configuração sociocultural constituída pela diversidade, pelos conflitos, pelas potencialidades e desafios colocados para serem estudados e enfrentados, visualizando a superação da marginalização social e da dominação cultural.

Neste contexto é que justificamos e entendemos ser relevante a investigação e a interpretação das múltiplas formas de exclusão social e a compreensão da urgência de ações incisivas e sistemáticas que contemplem de modo criativo e contextualizado a realidade da população excluída da Comunidade do EMPA. Nesse sentido destacamos que para a efetivação das ações, foi necessário o estabelecimento de parcerias<sup>5</sup> estratégicas com diferentes segmentos e organizações sociais do município, com vistas à construção de alternativas viáveis à superação das situações de exclusão social vivenciada pela população local.

Temos como horizonte que as atividades de investigação, de ação e de formação do projeto contribuam para o empoderamento da comunidade e dos sujeitos sociais da Comunidade do EMPA. Esta proposição está em vista que compreendemos que para a geração de trabalho e renda, e fundamentar os processos de auto-organização é necessário a liberdade de participação, a autonomia das pessoas e o entendimento dos sentidos e das práticas da democracia.

As possibilidades se ampliam com a construção de saberes, conceitos e processos participativos, para que se efetivem os princípios e as práticas sociais da democracia participativa, na qual os cidadãos exerçam o poder de crítica, de proposição e de ação para transformar suas condições de vida e de convivência social.

Nos processos societais e epistemológicos do projeto, tivemos como objetivo precípuo, cooperar com a construção de uma visão positiva de futuro. Para a consecução desta proposição foi incentivado o protagonismo comunitário e a aprendizagem significativa dos atores sociais comunitários, em parceria com diversas organizações governamentais e não-governamentais, na busca da superação das situações de desigualdades e exclusão social.

### **Situação Social e Cultural das Mulheres no EMPA.**

---

<sup>5</sup> São parceiros permanentes do projeto a Escola Municipal Prof. Eduardo Benevides Lindote, a Rede de Educação Cidadã (RECID), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Associação de Moradores do Bairro EMPA.

Para debater a situação social e cultural apresentamos a reflexão em duas etapas. A primeira se refere à metodologia e a segunda na apresentação e interpretação dos dados de campo.

A metodologia de investigação para a compreensão do contexto de inserção, seguiu um processo adaptado da proposição elaborado por Carlos Matus (1993) denominado de diagnóstico participativo situacional. Com esta metodologia tivemos como objetivo fazer a leitura da realidade das pessoas a partir da situação de trabalho, da cultura e da organização social.

No diagnóstico participativo situacional, da forma como o aplicamos, o processo de organização da investigação ocorre a partir de grupos sociais que contém uma identidade social, econômica, cultural, no caso específico as mulheres moradoras do EMPA.

O método foi realizado em três momentos distintos e complementares. No momento 1 foram definidos os temas e as perguntas. A partir destas são dadas respostas individuais, seguidas de dinâmicas de grupo que elaboram respostas síntese. Evidenciadas as respostas síntese as participantes foram provocadas a problematizar as questões levantadas e interpretar os significados da realidade para que possam superar o entendimento aparente e conectar as situações problemas da comunidade com as estruturas e as relações sociais que configuram a existência de determinadas sociedades. Complementar às respostas síntese é a articulação de temas projetos.

Cada instante investigativo tem significados gnosiológicos que traduzem orientações e explicitam as perspectivas do grupo social. Os temas são situações gerais em torno dos quais é organizado o diagnóstico. Avaliamos que este método está em conformidade com as orientações epistemológicas de Freire (2000) quando indica que o trabalho de organização, na perspectiva da educação popular, começa com a compreensão do “universo da linguagem” dos sujeitos sociais, porque este contém a visão de mundo, os valores e revela as práticas sociais. É também um processo politizador e conscientizador pelos quais as pessoas tornam-se sujeitos condutores de interpretação da própria existência.

Com base nos temas são elaboradas as perguntas, que são questões provocativas para orientar o diagnóstico. Devem levar os participantes a pensar a realidade em termos dos problemas existentes e das potencialidades que existem na comunidade e no grupo social. Os temas e as perguntas são formuladas com um grupo de representantes da comunidade que se tornam co-organizadores do processo, procurando mobilizar as pessoas do grupo.

As respostas constituem as percepções dos participantes em relação às situações vividas. As respostas são expressas por escrito no primeiro momento por cada pessoa participante. A partir delas se constituem grupos de debates e de respostas síntese e no terceiro momento se forma uma plenária para expor as respostas dos grupos e chegar a uma conclusão que representa a síntese do pensamento do coletivo do grupo social.

Com base nesta formulação inicia-se a interpretação, que é a sistematização e codificação das temáticas, perguntas e respostas para gerar a compreensão das situações que constituem a realidade dos grupos sociais. É a produção de conhecimentos para problematizar e explicar a realidade e gerar atitudes de participação. A interpretação é um processo gnosiológico complexo, e poderá ser feita com a participação das pessoas do grupo social, considerando um momento pedagógico de compreensão da realidade. Mas em termos de maior “rigor científico” a interpretação dos dados poderá (ou deverá) ser complementado pelo pesquisador.

O processo de interpretação da realidade é a construção coletiva para evidenciar as ações a serem implementadas pelo grupo social. A partir da clareza dos temas projeto, que emergem do

universo linguístico e das práticas sociais dos participantes, a metodologia entra no momento 2 no qual é realizado o planejamento estratégico situacional.

No pressuposto que empreendemos na investigação, a interpretação da realidade, de forma participativa, é um processo formativo de olhar criticamente a realidade social, e a partir desta criar caminhos de construção de alternativas econômicas, culturais e educacionais em conformidade com o grupo social. No caso do projeto, tivemos como perspectiva interpretativa e organizacional a constituição de empreendimentos de economia solidária e da proposição de políticas públicas.

O momento 2 é o que denominamos de planejamento operativo situacional. É neste momento, que a partir dos temas projeto definidos o grupo social estabelece ações de concretização de projetos coletivos. As decisões giram em torno de perguntas: o que fazer? Como fazer? Quem vai fazer? Quando vai fazer? Com que vai fazer?

No momento 3 se estabelecem as bases para a elaboração do planejamento estratégico situacional. Este é um aprofundamento filosófico das bases epistemológicas e políticas que explicitam as razões de determinadas escolhas. Neste sentido surgem as perguntas: Porque fazer? Na direção da superação das causas dos problemas sociais. Para que fazer? Estabelecendo os objetivos a serem alcançados, e com quem vai fazer? Discutindo as parcerias a serem estabelecidas.

Na investigação, os temas detectados e elaborados foram: a) mulheres e família: valorização da mulher, violência doméstica, analfabetismo; b) saúde: saneamento ambiental, água, drogas, lixo, atendimento, alimentação, fome; c) educação, lazer e cultura: formação e capacitação política e profissional; d) trabalho e renda: desemprego, violência.

Para cada tema foram elaboradas perguntas específicas. Na temática, mulheres e família, as perguntas foram: a) quais são os principais problemas das mulheres em relação à família (casa)?; b) que futuro você deseja para seus filhos?; c) como as mulheres participam dos espaços da escola, da igreja, da associação,?; d) quais são as atividades que as mulheres realizam em casa?; e) quem e como são tomadas as decisões na família?

Relativo ao tema saúde as perguntas norteadoras foram: a) onde você busca o atendimento de saúde (médico, hospitalar, ambulatorial)?; b) como você avalia o saneamento ambiental (lixo, esgoto, luz, telefone) no EMPA?; c) tem fossa séptica na sua casa?; d) você tem na sua casa água encanada, torneira, chuveiro? e) quantas refeições você faz por dia? f) quais são os ingredientes que compõe a alimentação da sua família?

Para o tema educação, lazer e cultura as perguntas elaboradas foram: a) como você avalia a escola do EMPA?; b) como você acha que deveria ser a escola?; c) na ausência da creche no EMPA onde ficam as crianças?; d) qual o lazer que tem no EMPA?; e) como deveria ser organizado o lazer?; f) quais atividades culturais existem no EMPA?; g) como deveriam ser as atividades culturais no EMPA?

Trabalho e renda foi o quarto tema problematizado. As questões foram: a) quem trabalha na família e qual a renda?, b) onde são feitas as compras?, c) quem realiza as compras?, d) o que você sabe fazer (produzir)?, e) você gostaria de participar de uma organização coletiva de trabalho?, f) o que é para você a cooperação?, g) o que é para você uma pessoa solidária?

Este processo de investigação relevou dados importantes. Vamos debater alguns que consideramos relevantes para os objetivos deste artigo.

Relativo aos principais problemas das mulheres em relação à família (casa), foram destacadas as seguintes situações: a) falta de emprego e renda, 54,54%, b) onde deixar as crianças: 22,72%, c) alcoolismo: 4,55%, d) está tranquila: 9,09%, e) falta de posto de saúde: 4,55%, f) falta de continuidade nos estudos (ensino médio) 4,55%.

Nesta questão se destacam dois problemas principais: a falta de trabalho (emprego e renda) e a falta de lugar para deixar as crianças. Podemos inferir que a falta de trabalho relacionada com a criança, por não ter onde deixá-las, no sentido do cuidado, e esta situação associada às políticas públicas, construção de creche e o desenvolvimento da educação infantil, constitui-se um fator de análise sobre a influência na possibilidade do trabalho e da qualidade de vida, na autonomia e na autoestima das mulheres.

Retrata ainda que no espaço da família o não acesso ao trabalho remunerado gera condições de pobreza e de marginalização que necessitam ser problematizados e compreendidos para a promoção de ações efetivas de geração de renda. Estas condições se conectam com temas de organização da comunidade, quanto o alcoolismo, ou mais agressivamente, às drogas, a falta de saúde pública e a não possibilidade de continuar os estudos.

Quando as mulheres foram questionadas sobre que futuro desejam para seus filhos, duas respostas apareceram: a) que tenham bons estudos: 54,55% e que tenham b) trabalho e emprego: 45,45%.

Compreendemos que nesta situação, no momento em que as mulheres associam o desejo de ter bons estudos e um trabalho, como forma de formação, ocupação e fonte de renda para os filhos, criam uma situação de complementariedade entre o trabalho e o estudo.

Podemos colocar uma questão mais ampla e problematizar como a relação do trabalho e da educação se constitui uma metodologia de formar pessoas da classe trabalhadora para o trabalho associado, ou uma forma de formar para o trabalho subsumido ao capital, o trabalho assalariado. Na perspectiva do EMPACE, colocamos como desafio a formação para o trabalho associado. Neste processo nos questionamos sobre as possibilidades, sobre as metodologias, os conteúdos, as estratégias e os currículos que possam educar para o trabalho associado.

Relativo ao tema trabalho e renda há um conjunto de fenômenos que retratam situações significativas para a análise do processo de organização da economia solidária. A primeira diz da questão sobre quem trabalha na família e o trabalho relacionado com a renda 9,10% das mulheres indicaram que as mulheres sozinhas sustentam a casa, em 50% dos casos há uma combinação da concepção do trabalho do homem e da mulher como fontes de trabalho geradoras de renda e 40,90% apontam somente o homem como provedor da renda para o sustento da família.

Perguntadas sobre o ganho familiar, 54,54% indicaram que a família é sustentada com um salário mínimo, 27,27% com um salário e meio e 18,18% com dois salários mínimos. Este quadro da renda familiar revela a situação de empobrecimento das famílias moradoras na comunidade do EMPA, considerando que estas famílias são de composição numerosa.

Em relação à configuração econômica perguntamos ainda para as mulheres sobre quem realiza as compras. 45,45% indicaram que são as mulheres e os homens juntos que fazem as compras no mercado e 54,55% informaram que as mulheres é que administram o dinheiro da casa, tendo o cuidado matemático do controle financeiro dos recursos que constituem o poder aquisitivo da casa.

Ao interpretar estes dados podemos considerar que as mulheres possuem uma forte influência na gestão econômica da casa. Para pensarmos a organização de empreendimentos



econômicos solidários, é uma informação importante para entender as práticas de planejamento, controle, aplicação e uso dos recursos disponíveis nos ambientes de organização.

Para uma compreensão mais ampla investigamos os conceitos de cooperação e de solidariedade. Relativo ao conceito de cooperação foram sistematizados os sentidos de a) participar com 4,16%, b) ajudar com 50% das respostas, c) trabalho coletivo com 33,33% e d) união das atividades com 12,50%.

Na perspectiva da concepção do conceito e das práticas de cooperação avaliamos que a cultura das mulheres está no caminho importante para a organização da economia solidária. É claro que conceitos como “ajudar”, “participar” e “união” necessitam ser problematizados para gerar uma compreensão mais adequada e que tenha correspondência com os princípios da participação social, cultural e econômica mais ampla e profunda. Este é o desafio que está lançado para a formação e a organização enquanto práxis pedagógica e política. Esta análise também vale para o conceito de solidariedade.

Quanto à pergunta sobre o sentido da solidariedade 81,81% das respostas demonstraram que é ajudar o próximo. Outros conceitos como ser hospitaleira, participar, colaborar, unir forças foram indicadas por 4,54% cada. Avaliamos que a perspectiva de solidariedade é restritiva quando relacionada com a necessidade da economia solidária. A atitude de ajudar o próximo é constituinte dos processos organizacionais da economia solidária, mas não é esta atitude que é fundante de uma nova economia, porque ajudar o próximo é um valor ético que se adequa às relações de produção do capital, sem representar uma ação social transformadora.

No entanto, ao serem indagadas se gostariam de participar de uma organização coletiva de trabalho, a posição demonstrada pelas mulheres é que cem por cento deseja participar. A atitude de querer participar de uma organização coletiva do trabalho demonstra uma tendência positiva para a organização de empreendimentos econômicos solidários. Soma-se a esta informação, dados relativos que demonstram as capacidades das mulheres. Fizemos a leitura que existe uma diversidade de competências laborais e intelectuais que são e que poderão indicar os caminhos para iniciar um processo organizacional da economia solidária para a geração de trabalho e de renda para as famílias do EMPA.

### **Planejamento Estratégico Situacional**

A interpretação e a socialização das informações da pesquisa de campo geraram duas ações estratégicas de mobilização, proposições e ações coletivas. A primeira está vinculada à situação do cuidado com as crianças e do direito social à creche. A segunda está fundamentada no direito social ao trabalho e à renda para o sustento da família.

Em relação à situação diagnosticada, crianças de mães trabalhadoras estão sem assistência social e educacional. Uma condição social de negação de direitos humanos, civis, políticos e sociais. As ações planejadas foram atividades de formação e organização comunitária e o tema projeto a organização da comunidade para a conquista da creche para o EMPA.

Para a concretização do processo de conquista da creche foram definidas atividades, o que fazer, consideradas importantes para a compreensão. Dentre estas foram destacadas a necessidade de estudar a política nacional de creches, incluindo as leis e os programas, debater com as mulheres e comunidade do EMPA sobre o direito de ter o atendimento da creche, propor um projeto para a consolidação do direito social da creche no EMPA.

A partir da metodologia organizacional foram estabelecidas metas e formas de como fazer. Destacamos a necessidade de localizar e distribuir informações sobre as creches, para gerar atitudes proativas convincentes. Foi realizada uma oficina formativa na UNEMAT sobre a organização das creches, para que os propositores pudessem ter argumentos fundamentados em leis e referenciais teóricos. Nas dinâmicas mobilizadoras foi apresentado para as mulheres, além do grupo diretamente participante, e comunidade no EMPA, um informativo intitulado a creche é um direito, tendo como objetivo mobilizar as pessoas para a conquista do direito. Além disso, propomos a realização de audiência pública para concretização do direito à creche.

A audiência pública foi realizada no dia 24 de maio de 2012 com a participação de 85 pessoas entre professores/as da universidade e da Escola Municipal Professor Benevides Lindote, estudantes do curso de pedagogia, vereadores, presidentes de bairros, entidades e movimentos sociais, moradores/as do EMPA, Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Fórum de Educação Infantil de Cáceres.

Decorreu da audiência o compromisso do poder legislativo de realizar os encaminhamentos dos resultados dos debates para o poder executivo. O conselho de educação e a secretaria municipal de educação de realizar os processos internos para a consolidação do direito à creche. Temos em 2013, o projeto da creche encaminhado para o Ministério da Educação para o financiamento.

Para a comunidade do EMPA a avaliação foi a aprendizagem que a mobilização da comunidade e a participação é geradora de conquistas coletivas. A ocupação de espaços públicos como a universidade, o legislativo, os conselhos públicos e o diálogo nos fóruns são processos instituintes e superadoras de situações limitadoras dos direitos sociais e do exercício da cidadania.

A segunda estratégia de planejamento situacional condiz com a situação diagnosticada, falta de emprego e renda, e, a proposição de atividades de formação e organização profissional.

A partir da problemática verificada, quando as mulheres indicaram como questão principal a ausência de trabalho, deliberamos no processo de inserção na comunidade do EMPA a necessidade de mobilização de processos de formação e organização para a geração de trabalho e renda.

A estratégia se constituiu de duas frentes entrelaçadas. A formação técnica e a formação política, expressas no curso de qualificação profissional em técnicas e de gestão em socioeconomia solidária. O objetivo desta estratégia organizacional foi a constituição de um grupo de mulheres para o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis e solidárias, e, o exercício dos direitos humanos.

O curso foi organizado intercalando as dimensões técnicas e políticas. Avaliamos que para as mulheres compreender os sentidos da socioeconomia solidária não se pode partir de conceitos gerais e abstratos, mas focar num processo de aprendizagem que se inicia em atividades concretas e que envolvam o cotidiano dos afazeres das mulheres.

Da mesma forma ao ter como objetivo a geração de renda, não se pode ficar limitado aos aprendizes técnicos do saber-fazer determinados produtos, sem a capacitação no campo da organização do trabalho associado. O trabalho coletivizado é a possibilidade de inserção no mercado, para a compra e venda de produtos sem a submissão individual e direta a atravessadores. Representa a ampliação dos espaços de cooperação, integrando redes de colaboração solidária, conceito cunhado por Mance (2002).

Intercalar a formação técnica e a política é a expressão da metodologia que se desafia superar limites de compreensão e de apreensão de conceitos complexos relacionando-os com as

práticas das atividades domésticas e econômicas realizadas cotidianamente. Vale dizer, a inserção em atividades coletivas e de organização é exigente no sentido da compreensão das estruturas sociais e das dinâmicas culturais que desenham as relações humanas.

Ao compreender que não há a possibilidade, numa educação crítica emancipatória, de separar a formação técnica e a política, iniciamos um processo que mobilizou as mulheres e neste há a aprendizagem da auto-organização, que se centra por um lado na capacitação técnica para a confecção de produtos que podem ser para o consumo próprio ou já comercializáveis. Nesta direção foram desenvolvidos cursos de pintura, enfeito de chinelos, bordados, pedraria, cartão artesanal, que possibilitaram o encontro, o planejamento e a gestão de práticas coletivas de organização do trabalho na perspectiva da cooperação.

Temos no projeto a definição que o saber fazer não está dissociado da apreensão e do exercício dos direitos humanos. Nesta direção foram desenvolvidos estudos que focaram o direito das mulheres, a organização comunitária, a temática das mulheres e saúde, dos valores éticos e convivência na coletividade. Esta formação voltada para a apreensão do sentido do ser social e da pessoa na sua integralidade que se constitui na vida familiar e na comunidade.

Além da compreensão do ser social, a configuração do curso enfocou na constituição do humano econômico. Foi destacada a formação da consciência com as condições materiais da existência. Da mesma forma, ao pensar sobre a formação para o trabalho podemos, por um lado, inserir as pessoas nas relações de submissão do trabalho ao capital. Por outro lado, no nosso entender, devemos ter o projeto cultural de constituir a cultura da solidariedade, organizando grupos sociais para a emancipação social, organizando os processos de trabalho associado.

Ao seguir este horizonte trabalhamos com cursos e práticas sociais formativas enfatizadas na economia solidária, no cooperativismo, no planejamento participativo e na organização do empreendimento econômico solidário. As abordagens destes referenciais nos ensinam que devemos adquirir novas formas de relacionamento humano, de produção, de consumo e de distribuição dos resultados do trabalho coletivo. Se na economia capitalista os resultados do trabalho são apropriados pelo dono do capital, na economia solidária, os resultados do trabalho serão apropriados por todos os que estão associados no empreendimento econômico e que efetivamente trabalham.

A relação horizontal que se gera na economia solidária demanda uma nova cultura: no lugar da obediência, a participação. Em vez da exploração do trabalho, a autonomia dos trabalhadores, a aprendizagem da autogestão. Enquanto na economia capitalista o trabalho é gerador da riqueza (capital) para poucos, que vivem bem, na economia solidária há a necessidade de promover o trabalho para o bem viver de todos. É a sociedade solidária e de cooperação no lugar da sociedade de competição e de exclusão social.

### **Processos Sociais Constituintes**

Das ações desenvolvidas no transcórper do projeto alguns resultados já podem ser avaliados e que são representativos de um processo social constituinte de uma cultura social de solidariedade.

Participação comunitária: a inserção na organização comunitária mobilizou homens, mulheres e crianças para conscientizar as pessoas sobre o direito social assegurado da creche como espaço público do cuidado com as crianças. A mobilização comunitária fluiu na realização da audiência pública que discutiu a situação da educação infantil e apontou a necessidade da creche na comunidade do EMPA.

Processo de autoorganização: o grupo de mulheres, com a formação política e técnica adquiriu a capacidade de organização que parte da ação mobilizadora do próprio grupo. Ocorreu a passagem da mobilização externa, quando a equipe do projeto ligado às entidades fazia o esforço para mobilizar para o ensaio da cultura da autoorganização.

Trabalho e renda: o grupo de mulheres está em processo de organização de um empreendimento econômico solidário. Com base nas aprendizagens técnicas, que inovou o saber-fazer das mulheres em termos de produção, há a competência coletiva de geração de trabalho e a promoção da comercialização dos produtos com o objetivo de gerar renda para a viabilidade econômica do grupo de mulheres.

Organização e participação em eventos: o grupo de mulheres do EMPA se inseriu ativamente na organização do III ENCAESES: Encontro Cacerense de Economia Solidária. Participaram desde o planejamento, a execução e a avaliação do evento. Além de depoimentos, com sentido político e pedagógico, sobre o processo de mobilização e formação na Comunidade do EMPA, organizaram a feira de produtos produzidos como demonstrativo das possibilidades organizacionais das populações de bairros periféricos.

Inserção em redes de colaboração: acompanhamos um processo que levou as mulheres da postura própria da cultura do poder dominação, timidez, medo, silenciamento, para a inserção em redes de ação ampliada. A segunda postura é a colaboração política nas mobilizações do FOCAES – Fórum Cacerense de Economia Solidária e na representação do município de Cáceres no FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária.

Processo de emancipação social: avaliamos que as diversas ações desenvolvidas no transcorrer do projeto geraram atitudes emancipatórias. Referimo-nos às atitudes porque não compreendemos a emancipação como resultado de algo acabado e de toda a comunidade. A emancipação é um processo político que vai fortalecendo as pessoas oprimidas e tornando-as sujeitos da sua história. É quando reconhecem que podem e que devem desconstruir as relações sociais de submissão, para construir a cultura da participação e da solidariedade.

A construção da cultura da solidariedade é uma caminhada conflitante. Os conflitos são políticos, porque evidenciam as contradições entre o poder dominação e o poder emancipação, entre os agentes da dominação e os agentes da emancipação. Os conflitos são subjetivos, porque provocam as pessoas no seu medo, na atitude passiva, na postura de silenciado, no absenteísmo político, provocando a ousadia, a atitude ativa, a relação de diálogo, a participação política.

Quando a cultura da solidariedade é construída em territórios sociais nos quais a dominação política e cultural é mais acentuada, tanto maior será o esforço mobilizador e organizador. Maior será a paciência e a tolerância, por isso a esperança, ativa, problematizadora e construtora de relações sociais superadoras do poder dominação.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL, Frente Nacional dos Prefeitos, 2013. Disponível em: [www.emds.fnp.org.br/component/banners/click/45](http://www.emds.fnp.org.br/component/banners/click/45). Acesso em 26/07/2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510250>. Acesso em 26/07/2013.

BRASIL, IPEA, MDS, IBGE, 2004: Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/>. Acesso em 26/07/2013

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional\\_](http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional_) Acesso em 26/07/2013.

BRASIL, PESTRAF, 2002. Disponível em: [http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf\\_2002.pdf](http://www.namaocerta.org.br/pdf/Pestraf_2002.pdf). Acesso em 29/07/2013.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. Trad. Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MANCINI, Euclides André (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento e Governo**. Brasília: Ipea, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=liRanking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=liRanking2003). Acesso em 26/07/2013.

Recebido em: 17/11/2014

Aceito em: 13/04/2015